

Termo de Referência 4/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2025	393001-AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	ALVARO LOPES VIEIRA	22/05/2025 15:25 (v 5.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	66/2025	50500.003308/2025-19

1. 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de subscrição de licenças de software, aplicativos e sistemas operacionais da Plataforma Microsoft, por Registro de Preços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Descrição	Métrica	Unidade de Referência	Quant.	CÓD. PMC-TIC	CATMAT/CATSER	Valor Unitário	Valor Unitário (12 meses)	Valor Total (12 meses)
1	1	Microsoft 365 E3 - PART NUMBER: AAD-33204	Subscrição	1 Mês	2.750	AAD-33204	27502	R\$ 203,08	R\$ 2.436,96	R\$ 6.701.640,00
	2	Microsoft Project Plan 3 - PART NUMBER: 7LS-00002	Subscrição	1 Mês	137	7LS-00002	27502	R\$ 143,82	R\$ 1.725,84	R\$ 236.440,08
	3	Microsoft Project Server - PART NUMBER: H22-00479	Subscrição	12 meses	10	H22-00479	27502	R\$ 14.218,66	R\$ 14.218,66	R\$ 142.186,60
	4	Microsoft Visio Plan 2 - PART NUMBER: N9U-00002	Subscrição	1 Mês	25	N9U-00002	27502	R\$ 71,95	R\$ 863,40	R\$ 21.585,00
	5	Microsoft SQL Server Enterprise - PART NUMBER: 7JQ-00341	Subscrição	12 meses	120	7JQ-00341	27502	R\$ 36.694,00	R\$ 36.694,00	R\$ 4.403.280,00
	6	Microsoft PowerBI Pro - PART NUMBER: NK4-00002	Subscrição	1 Mês	350	NK4-00002	27502	R\$ 47,91	R\$ 574,92	R\$ 201.222,00
	7	Microsoft CoreInfrastructureSvrSteDCore - PART NUMBER: 9GS-00495	Subscrição	12 meses	200	9GS-00495	27502	R\$ 2.421,90	R\$ 2.421,90	R\$ 484.380,00
	8	Microsoft Visual Studio MSDN - PART NUMBER: MX3-00115	Subscrição	12 meses	3	MX3-00115	27502	R\$ 16.621,03	R\$ 16.621,03	R\$ 49.863,09
	9	Microsoft Azure Prepayment - PART NUMBER: 6QK-00001	Crédito	12 meses	3.936	6QK-00001	27502	R\$ 651,53	R\$ 7.818,36	R\$ 2.564.422,08
	10	Power Apps Per App Sub 1 App or Portal - SEJ-00002	Subscrição	1 Mês	350	SEJ-00002	27502	R\$ 112,84	R\$ 1.354,08	R\$ 473.928,00

11	Power Automate Sub Per User - PART NUMBER: SPU-00002	Subscrição	1 Mês	1500	SPU-00002	27502	R\$ 84,65	R\$ 1.015,80	R\$ 1.523.700,00
12	Azure DevOps Server CAL ALNG SA MVL DvcCAL - PART NUMBER: 126-00183	Subscrição	12 meses	30	126-00183	27502	R\$ 561,23	R\$ 561,23	R\$ 16.836,90
Valor Total Global R\$									R\$ 16.819.483,75

1.2. Os serviços, objeto desta contratação, são caracterizados como de natureza comum, nos termos do inc. XIII do art. 6º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pautando-se na premissa que a contratação se baseia em padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste documento e seus apêndices, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº. 14.133, de 2021.

1.3.1. Os serviços e bens por se tratarem de fornecimento contínuo, são enquadrados como continuado, pela sua essencialidade, visam atender às necessidades de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da ANTT, de modo que sua interrupção comprometerá a prestação do serviço público da Agência e pelo fato de eventual paralisação das atividades contratadas implicar em prejuízo ao exercício das atividades da Administração e no cumprimento de sua missão institucional, conforme art. 15, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.

1.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios à área de competência legal da ANTT, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, compreendendo serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de informação, conforme estabelecido pelo inciso XXIII, art. 1º, da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, os quais são preferencialmente objeto de execução indireta, sendo essenciais para o atendimento das necessidades negociais da ANTT.

1.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.6. O Modelo de Execução do Contrato, nos termos do art. 18 incisos I a V da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, define como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento.

1.6.1 Os serviços objeto desta contratação contempla itens do Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas Fabricante Microsoft SGD/MGI 5.0 (SEI nº 32329852), publicado pelo Órgão Central do SISP e previsto na Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, vigente a partir de 31/03/2025, que passou a refletir atualizações nos valores de referência praticados pela Administração Pública Federal para contratação de soluções de tecnologia da informação e comunicações. A adoção dessa versão atualizada do catálogo justifica-se pela necessidade de aderência às diretrizes mais recentes, assegurando conformidade com os preços atualizados, melhor alinhamento com a realidade de mercado e maior precisão na estimativa de custos.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 32329748) e nos apêndices (SEI nº 32329976) deste Termo de Referência.

2.2. A solução de TIC consiste em Contratação de empresa especializada para fornecimento de subscrição de licenças de software, aplicativos e sistemas operacionais da Plataforma Microsoft, estando composto da seguinte forma:

Grupo	Nº Item	Catser	Descrição	Unidade de Medida	Unidade de Referência	Quantidade
	1	27502	Microsoft 365 E3 - PART NUMBER: AAD-33204	Subscrição	1 mês	2.750

1	2	27502	Microsoft Project Plan 3 - PART NUMBER: 7LS-00002	Subscrição	1 mês	137
	3	27502	Microsoft Project Server - PART NUMBER: H22-00479	Subscrição	12 meses	10
	4	27502	Microsoft Visio Plan 2 - PART NUMBER: N9U-00002	Subscrição	1 mês	25
	5	27502	Microsoft SQL Server Enterprise - PART NUMBER: 7JQ-00341	Subscrição	12 meses	120
	6	27502	Microsoft PowerBI Pro - PART NUMBER: NK4-00002	Subscrição	1 mês	350
	7	27502	Microsoft CoreInfrastructureSvrSteDCore - PART NUMBER: 9GS-00495	Subscrição	12 meses	200
	8	27502	Microsoft Visual Studio MSDN - PART NUMBER: MX3- 00115	Subscrição	12 Meses	3
	9	27502	Microsoft Azure Prepayment - PART NUMBER: 6QK-00001	Crédito	12 meses	3.936
	10	27502	Microsoft PowerApps - PART NUMBER: SEJ-00002	Subscrição	1 mês	350
	11	27502	Power Automate Sub Per User - PART NUMBER: SPU-00002	Subscrição	1 mês	1.500
	12	27502	Azure DevOps Server CAL ALNG SA MVL DvcCAL - PART NUMBER: 126-00183	Subscrição	12 meses	30

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de atender às metas estabelecidas no planejamento estratégico institucional e no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). A SUTEC visa, com essa aquisição, não apenas elevar a qualidade e eficiência na entrega dos serviços, mas também garantir a continuidade das operações e a modernização tecnológica da Agência. Além disso, a contratação de novas licenças Microsoft é essencial para manter a compatibilidade com as ferramentas e sistemas existentes, assegurar a segurança da informação e permitir a implementação de soluções inovadoras que otimizem a gestão e os processos internos.

3.2. O Mapa Estratégico da ANTT 2020-2030 tem como um de seus objetivos estratégicos “aprimorar a disponibilidade, a qualidade e a integração das informações internas e externas” e “Potencializar a capacidade de inovação e absorção de tecnologias de forma estruturada” de modo que permita à área de Tecnologia da Informação e Comunicação da ANTT atender às demandas resultantes da necessidade de alinhamento das ações de TI com o planejamento estratégico institucional.

3.3. A contratação proposta visa assegurar a alta disponibilidade das soluções corporativas em uso nas unidades da ANTT, garantindo que os sistemas e serviços de TI permaneçam operacionais e acessíveis durante o maior tempo possível, minimizando interrupções e falhas.

3.4. Além dos benefícios como confiabilidade, usabilidade e ampla penetração no mercado de Tecnologia da Informação (TI) e ferramentas de escritório (editores de texto, planilhas, programas de apresentação, etc.), a manutenção dessa plataforma é essencial, principalmente por estar profundamente enraizada na cultura organizacional da Agência.

3.5. A continuidade das atividades de TI depende integralmente dessa plataforma, uma vez que todos os sistemas desenvolvidos, em uso ou em desenvolvimento, estão integrados a esse ambiente. Qualquer alteração de plataforma causaria um impacto significativo, tornando obsoletos os sistemas, bancos de dados e documentos existentes, resultando em um retrocesso operacional para a Agência e afetando negativamente os serviços prestados à sociedade.

3.6. A aquisição de subscrições de licenças de software, aplicativos e sistemas operacionais da Microsoft é imprescindível, pois é a única solução operacionalmente compatível com todos os softwares, sistemas de escritório, servidores de banco de dados e e-mail atualmente utilizados pela ANTT.

3.7. Portanto, a contratação e expansão das licenças Microsoft são indispensáveis para promover uma evolução contínua do parque tecnológico, com impacto mínimo nas atividades rotineiras, maior agilidade no acesso a sistemas e documentos, e melhoria da eficiência dos processos. Isso garantirá a qualidade e a disponibilidade dos serviços prestados, contribuindo diretamente para a satisfação das áreas negociais e para o cumprimento da missão institucional.

3.8. A escolha do fabricante Microsoft e dos produtos indicados fundamenta-se tanto na imprescindibilidade dos softwares para as atividades de fiscalização da agência quanto na necessidade de continuidade e atualização das soluções e produtos já implementados e em operação no ambiente da ANTT.

3.9. No contexto desta contratação, torna-se essencial estabelecer critérios objetivos para avaliar a comprovação da capacidade técnico-operacional dos licitantes. Essa avaliação deve ser realizada por meio de certidões ou atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional, em conformidade com o art. 67, incisos II e V, da Lei nº 14.133/2021. Segundo interpretação do Tribunal de Contas da União (AC-2696/2019), considera-se irregular a exigência de atestados de capacidade técnica que estipulem quantitativos mínimos superiores a 50% do total a ser contratado, exceto quando houver justificativa técnica sólida e fundamentada. Nesse sentido, os licitantes devem estar habilitados para comercializar licenciamentos compatíveis com o escopo definido no objeto da licitação. Além disso, é imprescindível que, na data da realização do certame, estejam devidamente relacionados na página oficial da Microsoft como parceiros *Microsoft LSP* (*Large Solution Partner*) e *GP* (*Government Partner*).

3.9.1. Somente empresas com credenciamento GP (Govern Partner) são parceiras habilitadas pela Microsoft para atuar no segmento público com o objetivo de assinar os contratos nos modelos dos clientes e o Government Integrator Agreement – GIA da Microsoft. As regras de comercialização de licenças estão definidas pelo fornecedor no site: Parceiros LSP (microsoft.com) e no que tange a documentação solicitada vale destacar o trecho abaixo:

"No Setor Público, informamos que o nosso modelo de atuação no Brasil é indireto, com a necessária atuação de revendas credenciadas, seguindo-se, desta forma, uma política rigorosa de transparência e isonomia, alinhada também às regras de compras no território brasileiro, regidas pela então Lei 8.666/93 (ainda vigente para contratos em vigor), pela Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/21) e em alguns casos pela Lei das Estatais (Lei 13.303/16), e outras regras relacionadas. Mais detalhadamente, para os contratos de licenciamento em volume Enterprise Agreement, Enterprise Agreement Subscription e Select Plus a participação nos certames públicos é feita unicamente pelos LSP (Licensing Solution Providers), anteriormente denominados LAR (Large Account Reseller). São as empresas habilitadas para tais contratos de licenciamento, e que se encontram aqui listadas.

*Ainda a título de esclarecimento e informação, a Administração Pública, via de regra, segue com o modelo de contratação por instrumento próprio, seguindo modelos pré-definidos. De outro lado, por tratar-se de licenciamento específico, a Microsoft tem seus padrões e modelos de contrato. Assim, existe o que se chama, dentro do conjunto de parceiros LSP, os **Government Partners - GP**, que são aqueles habilitados pela Microsoft para atuar no segmento público (identificados abaixo como "atende contas do governo"). Os parceiros GP atuam com o objetivo de assinar, de um lado, os contratos nos modelos dos clientes públicos, previsto os editais, e de outro, o Government Integrator Agreement - GIA ou GP Agreement da Microsoft, que significa o contrato entre o parceiro e a Microsoft, relacionado*

e nos mesmos termos do primeiro, firmado pelo parceiro com a Administração Pública, para os devidos fins de processamento interno Microsoft. Os parceiros **LSP GP** são aqueles capacitados para entregar os modelos de contrato /programas Microsoft Enterprise Agreement, Enterprise Agreement Subscription e Select Plus, conforme indicado acima.

Quanto à participação nos certames públicos, informamos que para se garantir as mesmas condições de participação a todos as revendas, a Microsoft segue uma política de isonomia de canais, que prevê que todas as empresas parceiras terão as mesmas condições de participação no certame licitatório, sem qualquer privilégio, de qualquer natureza, a parceiro local ou específico. Isso implica em respeito às regras concorrenciais e competição saudável no mercado, além de cumprimento aos princípios da economicidade e competitividade previstos pela legislação vigente, não estabelecendo qualquer restrição à concorrência ou participação em certames, mas sim a ampla concorrência, com a necessária capacitação ao correto atendimento à Administração e aos interesses públicos."

3.10. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP	Data de publicação no PNCP	Id do item no PCA	Classe /Grupo:	Identificador da Futura Contratação
04898488000177-0-000001/2025	10/02/2025	106	182	3930001-66/2025

3.11. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

3.11.1. O objeto da contratação encontra-se alinhada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da ANTT - PDTIC 2025-2028, ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI, de acordo com o Mapa Estratégico da ANTT 2020-2030, e ao Plano de Contratações Anual- PCA 2025, conforme tabela abaixo:

Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI	
Planejamento Estratégico ANTT - 2020-2030	
ID	Objetivos Estratégicos
OPG4	Potencializar a capacidade de inovação e absorção de tecnologias de forma estruturada
PR2	Aprimorar a disponibilidade, a qualidade e a integração das informações internas e externas.
Alinhamento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC	
Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2025-2028	
ID	NECESSIDADES
N C 043	Aquisição de Licenças de Software
N C 044	Solução para automação de escritório

N S 012	Disponibilização de ambiente virtual corporativo e colaborativo (armazenamento, edição de documentos, e-mail, agendas, contatos e tarefas)		
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
-	Executar os serviços de gestão e manutenção de infraestrutura: dados em nuvem, site redundante, rede de dados, bancos de dados, segurança.	M. 002	Oferecer estrutura física e tecnológica adequada.
Alinhamento ao Plano de Contratações Anual - PCA			
Item no PAC	Descrição	Aprovação	
3.60	Licenças Microsoft	Aprovado no Plano de Contratações Anual - PCA 2025, nos termos da Deliberação nº 18, de 27 de janeiro de 2025.	
Alinhamento à Estratégia de Governo Digital			
Decreto nº 10.332/2020.			
Objetivo 16 – Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação.			
Iniciativa 16.4 – Otimizar a infraestrutura de pelo menos trinta datacenters do Governo Federal.			
Integração à Plataforma de Cidadania Digital			
Não se aplica.			

3.12. Parcelamento da Solução de TIC

3.12.1. Nos termos da IN 94/2022, art. 12, § 2º, inc. I, a Equipe de Planejamento da Contratação deve avaliar a viabilidade de realizar o parcelamento da solução de TIC a ser contratada, em tantos itens quanto se comprovarem tecnicamente viável e economicamente vantajoso, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 40 e § 1º do art. 47 da Lei nº 14.133, de 2021, justificando-se a decisão de parcelamento ou não da solução. Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, o art. 40, § 2º da Lei nº 14.133/21 dispõe que deverão ser considerados:

1. a viabilidade da divisão do objeto em lotes;
2. o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e
3. o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

3.12.2. Deve-se acrescentar que a Administração Pública não pode restringir em demasia o objeto da licitação sob pena de frustrar a competitividade. Por outro lado, ela não pode definir o objeto de forma excessivamente ampla, haja vista que, nesse caso, os critérios para julgamento das propostas falecem, em virtude da própria Administração admitir propostas díspares, inclusive as que não satisfazem o interesse público e não atendem à necessidade da Administração. Portanto, a definição do objeto da licitação pública e as suas especificidades são eminentemente discricionárias, a qual compete ao agente administrativo avaliar o que o interesse público demanda obter mediante a aquisição.

3.12.3. A rigor, o agrupamento de vários itens em grupos não compromete a competitividade do certame, desde que várias empresas que atuam no mercado apresentem condições e aptidão para cotar todos os itens, principalmente levando-se em consideração a modalidade adotada, em que os recursos de tecnologia de informação têm como principal vantagem aproximar pessoas e encurtar distâncias.

3.12.4. Acerca do tema, o Tribunal de Contas da União decidiu pelo indeferimento de pedido de divisão do objeto licitado em itens, por considerar que a reunião do objeto em um único item, desde que devidamente justificado pela área demandante/técnica ou pelo pregoeiro, afasta a possibilidade de restrição indevida à competitividade (Acórdão 1.167/2012 – TC 000.431/2012-5 – TCU – Plenário – Relator: José Jorge). Sendo assim, a divisão do objeto em itens distintos deve ser auferida sempre no caso concreto, devendo ser aplicada a opção mais vantajosa para a Administração Pública e desde que não haja restrição à competitividade e o agrupamento, devidamente justificado.

3.12.5. Dito isso, esta contratação será efetuada por um único grupo com licenças de um único fabricante, com pagamento por demanda.

3.13. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.13.1. A manutenção da solução Microsoft oferece uma série de benefícios diretos para a ANTT, incluindo aumento da eficiência operacional, redução de custos e aprimoramento da agilidade e segurança das operações de TI. Entre os principais resultados esperados com a contratação, destacam-se:

- a) A integração ao programa Microsoft Software Assurance, garantindo suporte contínuo e atualizações;
- b) Garantia de atualizações automáticas e contínuas das licenças durante todo o contrato, com acesso às versões mais recentes disponibilizadas pelo fabricante;
- c) Suporte técnico para todos os ambientes baseados em plataforma Windows na Contratante, assegurando estabilidade e eficiência;
- d) Disponibilização de novas versões das licenças em até 15 dias após seu lançamento oficial no mercado;
- e) Entrega do objeto de contratação de maneira flexível, seja por internet, e-mail ou mídia física;
- f) Implementação de uma política eficaz de controle e gerenciamento de licenciamento, assegurando a regularidade das licenças e a conformidade legal;
- g) Monitoramento rigoroso das datas de vencimento das licenças, evitando interrupções nos serviços;
- h) Garantia de disponibilidade contínua das licenças, prevenindo a defasagem dos softwares e evitando o uso de soluções não licenciadas;
- i) Maior segurança de dados e informações, combatendo o uso indevido de softwares não autorizados;
- j) Atualização constante dos softwares, garantindo que estejam sempre alinhados com as demandas tecnológicas e de segurança da Agência;
- k) Alta disponibilidade dos ambientes Microsoft, com melhorias no desempenho dos sistemas operacionais e nas aplicações hospedadas;
- l) Expansão e modernização dos serviços de mensageria e sistemas de banco de dados, atendendo ao crescimento e às novas demandas da ANTT;
- m) Modernização da infraestrutura de TI, com ampliação das capacidades tecnológicas e melhor performance operacional;
- n) Atualização e padronização dos softwares de escritório, melhorando a produtividade e a integração entre equipes;
- o) Provisão eficiente do Serviço de Diretório, permitindo consultas rápidas e precisas de informações organizacionais, como nomes, endereços e outros dados relevantes.

3.13.2. Esses benefícios combinados garantem que a Agência mantenha uma infraestrutura de TI moderna, segura e compatível com as exigências operacionais crescentes, promovendo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

4.2. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.2.1. Assegurar o processamento eficiente de dados, proporcionando uma experiência transparente ao usuário, com foco na redução de custos operacionais para a Administração;

4.2.2. Utilizar a Tecnologia da Informação como ferramenta essencial para aprimorar a gestão da informação e do conhecimento, promovendo uma comunicação interna ágil e eficaz, além de facilitar o acesso e a qualidade das informações;

4.2.3. Expandir e modernizar os recursos computacionais da ANTT, que são fundamentais para o desempenho de suas funções institucionais, garantindo maior disponibilidade e acessibilidade aos sistemas e serviços prestados;

4.2.3.1. Proteger e manter o acervo de informações da Agência, implementando soluções tecnológicas que assegurem a integridade, segurança e múltiplos pontos de acesso aos dados, de modo a atender com agilidade as demandas institucionais;

4.2.4. Garantir a continuidade operacional dos sistemas e serviços de TI, implementando soluções que minimizem interrupções e assegurem a alta disponibilidade da infraestrutura tecnológica da ANTT;

4.2.5. Adotar mecanismos que garantam a atualização constante dos softwares e sistemas utilizados, assegurando que as versões mais recentes estejam sempre disponíveis, otimizando o desempenho e a segurança;

4.2.6. Promover a integração e compatibilidade dos sistemas de TI da ANTT com as plataformas tecnológicas mais amplamente utilizadas no mercado, de forma a facilitar a interoperabilidade e o compartilhamento de informações;

4.2.7. Implementar um plano de continuidade de negócios, que contemple soluções robustas de recuperação de desastres, assegurando a operação ininterrupta e a plena funcionalidade dos serviços de TI essenciais à missão da Agência;

4.2.8. Melhorar a eficiência operacional da Agência, garantindo a entrega de serviços ágeis, seguros e alinhados com as demandas tecnológicas crescentes, contribuindo para a satisfação dos usuários internos e externos.

4.3. A contratação das licenças Microsoft pauta-se em requisitos de negócio que visam atender às necessidades estratégicas da ANTT. O objetivo principal é assegurar o processamento eficiente de dados, com foco em uma experiência transparente para o usuário e redução de custos para a Administração. A Tecnologia da Informação desempenha um papel fundamental na otimização da gestão da informação e do conhecimento, facilitando uma comunicação interna ágil e eficaz, além de melhorar a qualidade e o acesso às informações.

4.4. Nos últimos anos, a ANTT vem realizando investimentos expressivos na informatização de suas atividades, consolidando os recursos computacionais como essenciais para o cumprimento de suas funções institucionais. Diante disso, a ampliação da disponibilidade e do acesso a esses recursos é imprescindível para garantir a qualidade dos serviços prestados à sociedade. O vasto acervo de informações acumuladas pela Agência representa um valioso patrimônio público, o que demanda a implementação de soluções tecnológicas que assegurem múltiplos pontos de acesso, rapidez no processamento e capacidade de resposta às crescentes demandas.

4.5. Neste contexto, o Termo de Referência busca delinear os procedimentos e especificar os produtos e serviços necessários para a execução de um plano de continuidade de negócios. O objetivo é garantir a manutenção e o pleno funcionamento da infraestrutura de TI, atendendo às expectativas e necessidades dos usuários internos e externos, assegurando a qualidade e a continuidade dos serviços prestados pela ANTT.

4.6. Requisitos de Capacitação

4.6.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

4.6.2. Requisitos Legais

4.6.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 dezembro de 2022 (processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC), à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 (procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços), à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), ao Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 (Sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços), à Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023 (portaria que estabelece modelo de contratação

de software e de serviços de computação em nuvem, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal), à Resolução nº 6.029, de 7 de dezembro de 2023 (aprova a Política de Segurança da Informação - PoSIN da ANTT), a outras legislações, a outras normas e boas práticas aplicáveis.

4.7. Requisitos de Manutenção

4.7.1. Devido às características da solução, para manutenção da disponibilidade e aperfeiçoamento de funcionalidades em caso de falhas, será ofertado pela Contratada o serviço de Suporte Técnico, Manutenção e Garantia das licenças, conforme constam detalhados nos Apêndices de Termo de Referência (SEI nº 32329976) e em tabela abaixo:

Tipo de manutenção	Horário de Atendimento	Tempo de Atendimento	Tempo de Resolução	SLA
Preventiva	8h00 às 18h00	2 dias úteis	10 dias úteis	8x5
Corretiva	0h00 às 23h59	2 horas	6 horas	24x7

4.8. Requisitos Temporais

4.8.1. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), na quantidade e SKU solicitados emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratada e autorizado pela Contratante.

4.8.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.8.3. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos

4.8.4. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Descrição do evento	Periodicidade
Assinatura do contrato.	Dia D, conforme demanda da Contratante
Realização da Reunião Inicial.	Dia D1, conforme demanda da Contratante
Emissão de OS – Ordem de Serviço para todos itens. Cada item deve constar em ordem de OS individual, no melhor momento que cabe a execução contratual.	Dia D2, conforme demanda da Contratante
Entrega dos plano de trabalho e cronograma de atividades referente a cada OFB/OS;	D3 = D2 + 30 dias
Execução dos serviços respectivos a cada item. Emissão do Termo de Recebimento Provisório – TRP da Ordem de Serviço.	

<p>Emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD da Ordem de Serviço.</p> <p>Com a emissão do TRD dar-se-á o início da contagem do período de garantia de 90 dias dos serviços.</p>	<p>D4 = D4 + 90 dias</p>
--	--------------------------

4.9. Requisitos de Segurança e Privacidade

4.9.1. A Solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação - PoSIN da ANTT, e nas normas nacionais de proteção de dados e informações vigentes, sobretudo considerando a possibilidade de custódia de conhecimentos, informações e dados pelo prestador de serviços, observadas as seguintes diretrizes:

- a) Será utilizado o uso de garantia de aplicabilidade conforme a legislação brasileira sobre os princípios, diretrizes e responsabilidades relacionados à segurança da informação e à proteção de dados.
- b) Deverá haver a garantia que, em qualquer hipótese, a Administração tem a tutela absoluta sobre os conhecimentos, informações e dados produzidos pelos serviços.
- c) Ficará vedado o uso corporativo dos conhecimentos, informações e dados pelo prestador de serviço.
- d) Deverá possuir Plano de Continuidade, Recuperação de Desastres e Contingência de Negócio, que possa ser testado regularmente, objetivando a disponibilidade dos dados e serviços em caso de interrupção.
- e) Deverá desenvolver e colocar em prática procedimentos de respostas a incidentes relacionados com os serviços.

4.9.2. A Contratada deverá seguir as normas internas de segurança da informação da ANTT, bem como suas atualizações.

4.9.3. A Contratada será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, códigos-fonte e artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venham a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de aplicação de sanção e outras penalidades previstas na legislação vigente, independente da classificação de sigilo conferida pela ANTT a tais documentos.

4.9.4. A Contratada não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, da ANTT sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

4.9.5. Cada profissional da Contratada deverá assinar termo declarando estar ciente de que a estrutura computacional disponibilizada pela ANTT não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da ANTT.

4.9.6. Cada profissional da Contratada deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, na ANTT.

4.10. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.10.1. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.10.1.1. A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, no que couber, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010;

4.10.1.2. A Contratada deverá assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos, inclusive:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferências para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção de bens;

- f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços;
- h) adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
- i) administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- j) conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- k) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de redução de consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- l) disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando aplicável, para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- m) orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários;
- n) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- o) orientar seus empregados para a destinação dos resíduos recicláveis descartados aos devidos coletores de resíduos recicláveis existentes nas dependências da ANTT.

4.10.1.3. A Contratada deverá apresentar **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, conforme modelo constante deste TERMO DE REFERÊNCIA no **APÊNDICE “F”**, a ser apresentado na fase de aceitação da proposta.

4.10.2. A exigência visa atender aos dispositivos normativos, acima enumerados, bem como demais normativos acerca dos critérios de sustentabilidade socioambiental, de forma a estabelecer que a licitante promova ações ambientais por meio de treinamento de seus colaboradores, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, visando o cumprimento das ações estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

4.11. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

4.11.1. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.11.2. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.11.3. Os requisitos de arquitetura tecnológica constam detalhados no Apêndice “A” - Requisitos Técnicos Mínimos e Obrigatórios da Solução.

4.12. Requisitos de Projeto e de Implementação

4.12.1. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.12.1.1. A solução deverá contemplar o planejamento detalhado para a implementação das licenças Microsoft, assegurando que todos os sistemas estejam integrados e operacionais. Será necessária uma avaliação técnica criteriosa para garantir que as licenças sejam compatíveis com a infraestrutura tecnológica atual da Agência, permitindo a continuidade dos serviços sem interrupções.

4.13. Requisitos de Implantação

4.13.1. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.13.1.1. A implantação das licenças deverá ser realizada de forma gradual, sem comprometer a operação dos sistemas em andamento. A Contratada será responsável por garantir a instalação, configuração e testes de compatibilidade, assegurando que as licenças atendam às necessidades de todos os usuários finais. Além disso, o processo de implantação deverá seguir as normas de segurança e melhores práticas de TI, com acompanhamento constante por parte da ANTT.

4.14. Requisitos de Garantia e Manutenção

4.14.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

4.14.2. A garantia será prestada com vistas a manter os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante.

4.14.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva das licenças pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas e/ou recomendação do fabricante.

4.14.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens.

4.14.5. O prazo de reparação ou substituição, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

4.14.6. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.15. Requisitos de Experiência Profissional

4.15.1. Os serviços de implantação, garantia, manutenção e assistência técnica deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

4.16. Requisitos de Formação da Equipe

4.16.1. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

4.17. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.17.1. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pela Contratada de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.17.2. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.17.3. A Contratada deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências para manutenção corretiva da seguinte forma: com funcionamento de 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 24 horas por dia e 7 dias por semana por via telefônica.

4.17.4. A execução do serviço deve ser acompanhada pela Contratada, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.17.4.1. Será realizada Reunião Inicial entre a Contratante e a Contratada após assinatura de contrato e previamente à emissão de Ordem de Serviço. Serão realizadas quantas reuniões forem necessárias para discussão de assuntos referentes a execução do contrato.

4.17.4.2. O fornecimento dos serviços está condicionado ao recebimento pelo Contratada de Ordem de Serviços (OS) emitida pela Contratante. A OS indicará o tipo de serviços (licenças), a quantidade e a localidade na qual os serviços deverão ser executados.

4.17.4.3. O andamento do fornecimento dos serviços deve ser acompanhado pela Contratada, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.17.4.4. A Contratante realizará a gestão e fiscalização do contrato, bem como o aceite/rejeição dos serviços prestados.

4.18. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.18.1. A Contratada deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.18.1.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

4.18.1.2. A contratada será responsável por garantir que todas as licenças implementadas contemplem medidas robustas de segurança, incluindo a proteção contra acessos não autorizados, criptografia de dados sensíveis e mecanismos para garantir a integridade das informações tratadas. As atualizações de segurança das licenças deverão ser implementadas automaticamente, conforme disponibilização do fabricante.

4.18.1.3. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

4.18.1.4. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

4.18.1.5. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

4.18.1.6. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

4.18.1.7. É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

4.18.1.8. A Contratada deverá exigir de suboperadores o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

4.18.1.9. A Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

4.18.1.10. A Contratada deverá apresentar, no prazo de até 48 horas à Contratante, prorrogável por igual período justificadamente, quaisquer informações solicitadas acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

4.18.1.11. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

4.18.1.12. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

4.18.1.13. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

4.18.1.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

4.19. Vistoria

4.19.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.20. Sustentabilidade

4.20.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.20.1.1. A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, no que couber, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010.

4.21. Indicação de marcas ou modelo (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.21.1. Na presente contratação será admitida a indicação da seguinte marca, modelo, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares (SEI nº 32329748):

4.21.2. O detalhamento da indicação de marca e modelo constam especificados no Apêndice “A” - Requisitos Técnicos Mínimos e Obrigatórios da Solução deste Termo de Referência.

4.22. Da exigência de carta de solidariedade

4.22.1. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.23. Subcontratação

4.23.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.24. Da verificação de amostra do objeto

4.24.1. Não se aplica.

4.25. Garantia da Contratação

4.25.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.25.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.25.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.25.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.26. Informações relevantes para a apresentação da proposta

4.26.1. A demanda do ANTT tem como base as seguintes características:

4.26.1.1. A licitante deverá especificar de forma clara todas as características técnicas dos produtos e serviços oferecidos, incluindo versões, funcionalidades e requisitos operacionais das licenças Microsoft. O detalhamento técnico deve estar em conformidade com as exigências deste Termo de Referência, sem ambiguidades ou alternativas, conforme Modelo de Proposta e Preços constante no Apêndice "B", deste TERMO DE REFERÊNCIA.

4.26.1.2. Não serão aceitas propostas contendo cópia das exigências deste TERMO DE REFERÊNCIA no lugar da especificação clara e inequívoca dos bens e serviços a serem adquiridos.

4.26.1.3. A proposta deverá incluir um cronograma detalhado de implementação, prevendo prazos para cada etapa, desde a entrega das licenças até a instalação e ativação dos serviços, assegurando que a transição ocorra sem interrupções nas operações da Contratante.

4.26.1.4. A proposta deverá especificar as condições de garantia e o suporte técnico a ser prestado durante o contrato, incluindo prazos de atendimento, canais de comunicação e abrangência dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.

4.26.1.5. A licitante deverá apresentar documentos que comprovem que tanto a empresa quanto os profissionais envolvidos possuem certificações exigidas pela Microsoft, demonstrando a qualificação necessária para a implementação e suporte das soluções contratadas.

4.26.1.6. A proposta deverá detalhar os procedimentos para atualização das licenças, garantindo que as novas versões sejam disponibilizadas conforme previsto, sem interrupções nos serviços prestados.

4.26.1.7. A proposta deverá incluir uma declaração de conformidade com as normas de segurança da informação e privacidade, como a LGPD, detalhando os mecanismos de proteção de dados e segurança das informações tratadas.

4.26.1.8. A licitante deverá fornecer detalhes sobre os equipamentos e softwares a serem entregues, incluindo marcas, modelos e versões, assegurando a compatibilidade com a infraestrutura existente da Contratante e o cumprimento dos requisitos técnicos.

4.26.1.9. A proposta deverá apresentar uma planilha detalhada com os valores unitários e totais de cada item ofertado, sem inconsistências, seguindo o modelo de proposta contido neste Termo de Referência. Não serão aceitas propostas com alternativas de preços. A proposta da licitante deverá estar integralmente preenchida, em conformidade com o modelo constante deste Termo de Referência.

4.26.1.10. A licitante deverá apresentar uma declaração formal de que possui capacidade técnica e operacional para fornecer e implementar os produtos e serviços ofertados, em conformidade com os prazos e as condições estabelecidas no Termo de Referência.

4.26.1.11. Para fins de qualificação complementar à proposta, a licitante deverá **comprovar que é revenda autorizada da Microsoft LSP - Large Solution Partner e GP - Government Partners**, demonstrando, desta forma, estar habilitada a operacionalizar contratos de licenciamento por volume, inclusive para médias e grandes organizações (mais de 500 equipamentos) e habilitados pela Microsoft para atuar no segmento público.

4.26.2. Essas características visam garantir que a proposta seja clara, precisa e completamente alinhada com as necessidades e expectativas da Contratante, assegurando a qualidade e segurança na execução contratual.

4.26.3. Essa contratação obedece aos parâmetros previstos na Portaria SGD/MGI nº 9.950/2023, que estabelece modelo de contratação de software e de serviços de computação em nuvem, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no TERMO DE REFERÊNCIA;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

5.1.8. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da Contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.9. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações da CONTRATADA

5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. Manter, durante toda a vigência e execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. Fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso;

5.2.10. Executar o objeto do contrato em estreita observância aos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

5.2.11. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da Contratante;

5.2.12. Não fazer uso das informações prestadas pela Contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão.

5.3. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente deste certame.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Condições de execução

6.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1.1. Início da execução do objeto: 5 dias da emissão da ordem de serviço;

6.1.1.2. A primeira Ordem de Serviço deverá ser emitida em até 10 dias após a Reunião Inicial

6.1.1.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho.

a) A Contratada será responsável pela execução dos serviços e seu acompanhamento diário da qualidade e dos níveis de serviço alcançados com vistas a efetuar ajustes e correções.

b) Quaisquer problemas que venham a comprometer o bom andamento dos serviços ou o alcance dos níveis de serviço estabelecidos devem ser imediatamente comunicados à Contratante, que em parceria com a Contratada, buscará a melhor solução para resolução do problema.

6.1.2. As orientações serão estabelecidas pela Equipe Técnica da Contratada que documentará o planejamento dos trabalhos e os produtos gerados.

6.2. Ordem de serviço

6.2.1. O fornecimento dos serviços será realizado mediante a abertura de Ordem de Serviços de (OS), mediante autorização do Gestor do Contrato e ciência da Contratada.

6.2.2. A Contratada deverá fornecer as licenças e prestar os serviços com as mesmas configurações e quantidades definidas na OS.

6.2.3. Não há óbice no fatiamento da quantidade de um mesmo item constante do contrato em várias OS, desde que o somatório das quantidades de cada item em cada OS não ultrapasse a quantidade total de cada item previamente contratado.

6.2.4. A OS registrará as etapas, os prazos de entrega e ativação, o detalhamento do fornecimento/serviço, bem como demais informações necessárias para a execução dos serviços por parte da Contratada.

6.2.5. Após aprovação das demandas, o Gestor do Contrato encaminhará a OS para a Contratada, bem como as informações necessárias para sua execução.

6.2.6. Cada demanda deverá ser executada atendendo as especificações e condições constantes deste Termo de Referência e melhores práticas, além das que constarem da OS.

6.2.7. O recebimento e a aceitação do objeto se darão por OS emitida.

6.3. Local de entrega da prestação dos serviços

6.3.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Sce/Sul, Lote 10, Trecho 3, Projeto Orla, Polo 8 S/N, CEP: 70.200-002 Brasília-DF.

6.3.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 7 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia.

6.4. Materiais a serem disponibilizados

6.4.1. Não será necessária a disponibilização de materiais.

6.5. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.5.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.5.1.1. As características da solução para dimensionamento da proposta deverão observar os requisitos constantes no APÊNDICE “A”, deste TERMO DE REFERÊNCIA, incluindo as atualizações periódicas e os serviços de suporte técnico, correções, atualizações de segurança e manutenção preventiva e corretiva durante toda a vigência do contrato para atender às demandas da Contratante.

6.6. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.6.1 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.7. Formas de transferência de conhecimento

6.7.1. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

6.8. Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.8.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6.9. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.9.1. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme esta descrito no Termo de Referência.

6.10. Mecanismos formais de comunicação

6.10.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e a Contratada, os seguintes:

6.10.1.1. Ordens de Serviço;

6.10.1.2. Termos de Recebimento;

6.10.1.3. Ofícios;

6.10.1.4. Relatórios e Atas de Reunião;

6.10.1.5. E-mail institucional/corporativo;

6.10.1.6. Ferramenta Microsoft Teams ou similar em uso pela ANTT;

6.10.1.7. Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://portal.antt.gov.br/sei>);

6.10.1.8. Demais Termos previstos no instrumento contratual.

6.11. Formas de Pagamento

6.11.1. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

6.12. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.12.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.12.2. O Termo de Confidencialidade da Informação, contendo a declaração de manutenção da confidencialidade de informações, respeito às normas de segurança vigentes na Agência e a declaração de ciência e consentimento da LGPD, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA e por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos Apêndices anexo a este Termo de Referência (SEI nº 32329798).

6.13. Prazo de execução

6.13.1. A Contratada deverá observar os prazos de execução descritos em Requisitos Temporais.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Preposto

7.5.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.5.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da Contratada, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7.6. Reunião Inicial

7.6.1. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.6.2. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.6.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.6.3.1. Presença do representante legal da Contratada, que apresentará o seu preposto;

7.6.3.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.6.3.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.6.3.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

7.6.3.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste TERMO DE REFERÊNCIA.

7.7. Fiscalização

7.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

7.8. Fiscalização Técnica

7.8.1. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.8.1.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.8.1.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.8.1.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.8.1.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.8.1.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.9. Fiscalização Administrativa

7.9.1. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.1.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.10. Gestor do Contrato

7.10.1. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.10.1.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.10.1.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.10.1.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.10.1.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.10.1.5. O gestor do contrato elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.10.1.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará como instrumento substituto o IAE - INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE OFB/OS para aferição da qualidade da prestação dos serviços, como indicativo de níveis de serviço acordados e para os descontos em favor da Contratante pelo respectivo descumprimento encontram-se definidos na tabela a seguir:

IAE – INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE OFB/OS		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens/Ordem de Serviço.	
Meta a cumprir	IAE <= 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordem de Fornecimento de Bens /Ordens de Serviço dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da Contratante e lista de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos.	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OS.	
	Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB/OS (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OS.	
Periodicidade	Mensalmente, para cada Ordem de Serviço encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	IAE = <u>TEX – TEST</u>	
	TEST	
	Onde:	
	IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OS;	
	TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OS, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OS.	
	A data de início será aquela constante na OS; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OS.	

	A data de entrega da OS deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeitar a entrega, o prazo de execução da OS continuará a correr, findando-se apenas quando a Contratada entregar os produtos da OS e haja aceitação por parte do fiscal técnico.
	TEST – Tempo Estimado para a execução da OS – constante na OS, conforme estipulado no Termo de Referência.
Observações	Obs1: Serão utilizados dias úteis na medição.
	Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias úteis no cômputo do indicador.
	Obs3: Não se aplicará este indicador para as OS de Manutenções Corretivas do tipo Garantia e aquelas com execução interrompida ou cancelada por solicitação da Contratante.
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para valores do indicador IAE:
	De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS;
	De 0,11 a 0,20 – Glosa de 0,5% sobre o valor da OS;
	De 0,21 a 0,30 – Glosa de 0,75% sobre o valor da OS;
	De 0,31 a 0,50 – Glosa de 1% sobre o valor da OS;
	De 0,51 a 1,00 – Glosa de 1,5% sobre o valor da OS;
	Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 3% sobre o valor da OS e multa de 10% sobre o valor do Contrato,
	respeitando o direito de contraditório e ampla defesa.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

I- Não produzir os resultados acordados;

II- Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

III- Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

IV- A utilização do IAE não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.3.1. A avaliação dos serviços prestados dar-se-ão pela Contratante, conforme cronograma de entrega previsto contratualmente.

8.4. A identificação de inconsistências entre os indicadores apresentados e os indicadores apurados pela fiscalização da Contratante, configura-se como atraso na entrega, sendo neste caso aplicada as glosas previstas no IAE deste Termo de Referência, levando-se em consideração a dedução no pagamento da fatura estipulada na tabela de indicadores de níveis mínimos de serviço.

8.5. A simples aplicações de glosas por atraso na entrega, com base no IAE, não exime a Contratada de outras sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

8.6. O Gestor e/ou os Fiscais do Contrato acompanharão a execução dos serviços prestados junto aos recursos disponibilizados pela Contratada e emitirão Parecer Técnico com as atividades desenvolvidas.

8.7. Do recebimento

8.7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.7.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.7.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

8.7.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.7.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.7.5.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.7.6. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.7.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.7.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.7.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

8.7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.7.14.1. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização da Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas) ou direito de uso (subscrição), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

8.7.15. O prazo para recebimento definitivo de serviços poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.7.16. O prazo para solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. Procedimentos de Teste e Inspeção

8.8.1. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.8.1.1. Mediante a entrega da relação referente a cada Ordem de Serviço (OS) emitida, apresentação da relação/relatório de licenças efetivamente instaladas/ativadas, apresentação do Termo de Recebimento Definitivo e a apresentação da Nota Fiscal.

8.9. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

8.9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Dar causa à inexecução parcial do contrato.	Advertência. Em caso de reincidência, aplicar-se-á multa de 2% sobre o valor total do Contrato.
2	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	A Contratada poderá ser impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
		A Contratada será impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e

3	Dar causa à inexecução total do contrato.	indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
4	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	A Contratada poderá ser impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	A Contratada poderá ser impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
6	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.	A Contratada será impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
7	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.	A Contratada será impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
	Apresentar	

8	declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
9	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
11	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
12	<u>Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.</u>	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
	Não cumprir qualquer outra obrigação	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos

13	contratual não citada nesta tabela.	resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 3% do valor total do Contrato.
----	-------------------------------------	---

8.9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que a Contratada:

8.9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.10. Liquidação

8.10.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.3.1. o prazo de validade;

8.10.3.2. a data da emissão;

8.10.3.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;

8.10.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.10.3.5. o valor a pagar; e

8.10.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.10.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.10.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.10.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

8.10.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.11. Prazo de pagamento

8.11.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.11.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI) de correção monetária.

8.12. Forma de pagamento

8.12.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

8.12.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.12.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.12.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.12.5. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.13. Cessão de Crédito

8.13.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.13.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação da Contratante.

8.13.3. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.13.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da Contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.13.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020).

8.13.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da Contratada.

9. FORMA E CRITÉRIOS/REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

9.2. Regime de execução

9.2.1. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário.

9.3. Da Aplicação da Margem de Preferência

9.3.1. Aplica-se a margem de preferência conforme descrito a seguir:

9.3.1.1. Nos termos da legislação vigente, quando aplicável, conforme previsão em EDITAL, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação definidos pela Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência conforme procedimento estabelecido e nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

9.3.1.2. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

9.3.1.3. Destacando-se que a aplicação desse critério e direito ocorre de forma automática no sistema compras governamentais.

9.4. Exigências de habilitação

9.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.4.2. Habilitação jurídica

9.4.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

9.4.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.4.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.4.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.4.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.4.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.4.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.4.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.4.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais/Estaduais/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.4.4. Qualificação Econômico-Financeira

9.4.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.4.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.4.4.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um);

b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.4.4.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação a comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.4.4.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.4.4.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.4.5. Qualificação Técnica

9.4.5.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

a) A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.4.5.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.4.5.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- I- Fornecimento de no mínimo 50% do quantitativo de licenças Microsoft previstas para esta contratação.
- II- Identificação do órgão ou empresa emitente com nome ou razão social, CNPJ, endereço completo, nome da pessoa responsável e função no órgão ou empresa, telefone e fax para contato;
- III- Indicação do Contratante de que foram atendidos os requisitos de qualidade e prazos requeridos (descrição, duração e avaliação dos resultados);
- IV- Descrição das principais características dos serviços, comprovando que a Contratada executa ou executou o objeto da contratação;
- V- Data de emissão do atestado ou da certidão;
- VI- Assinatura e identificação do signatário (nome, telefone, cargo e função que exerce junto ao órgão ou empresa emitente).

9.4.5.4. Os atestados de capacidade técnica, a serem utilizados para comprovação do fornecimento do objeto, deverão referir se a um período mínimo de 12 (doze) meses.

9.4.5.5. Para fins de comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses no fornecimento do objeto, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12 (doze) meses serem ininterruptos. Será também admitido o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.4.5.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.4.5.7. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.4.5.8. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

I- A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

II- A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

III- A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

IV- O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

V- A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

VI- Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.4.5.9. Ficará a cargo da Contratante, caso julgue necessário, realizar diligências para averiguação das informações constantes dos atestados de capacidade técnica apresentados.

9.4.5.10. No caso de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito privado, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa Contratada.

9.4.5.11. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante, empresas controladas ou controladoras da empresa licitante ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa licitante.

9.4.5.12. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.4.5.13. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de licenças, a apresentação de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.4.5.14. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

9.4.5.15. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.4.5.16. O fornecedor deverá apresentar Declaração que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

10. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 16.819.483,75 (dezesseis milhões, oitocentos e dezenove mil quatrocentos e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, para 12 (doze) meses, conforme custos unitários apostos na tabela descrita no subitem 1.1. deste TERMO DE REFERÊNCIA.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão /Unidade	Fonte de Recursos	Programa de Trabalho	Elemento de despesa	Plano Interno
39250 /393001	1052000016	26.126.0032.218 T.0001	33.90.40.11	NOVOCT

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.4. Cronograma Físico Financeiro

11.4.1. Os pagamentos serão efetuados obedecendo aos seguintes critérios:

Descrição	Prazo estimado	Condições de Pagamento	Valor (R\$)
Fornecimento de subscrição de licenças de software, aplicativos e sistemas operacionais da Plataforma Microsoft juntamente com serviços de profissionais especializados	30 dias após a emissão da OS	Mediante a entrega do objeto referente a cada Ordem de Serviço (OS) emitida, apresentação da Relação de licenças efetivamente instaladas/ativadas, apresentação do Termo de Recebimento Definitivo e a apresentação da NF.	R\$ 16.819.483,75

12. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Demais regras sobre o procedimento de Sistema de Registro de Preços - SRP, serão detalhados no Edital.

13. DO REAJUSTE DE PREÇOS

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

14.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela PORTARIA SUDEG Nº 144 (SEI nº 300065811).

14.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 94/2022, o TERMO DE REFERÊNCIA será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC, e aprovado pela autoridade competente.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Integrante Requisitante

JOAO PROCOPIO DO REGO NETO

Membro da comissão de contratação

Despacho: Integrante Técnico

JOSE EDSON DE SENA JUNIOR

Membro da comissão de contratação

Despacho: Integrante Administrativo - Substituto

ABELAR VIEIRA ROSA NETO

Membro da comissão de contratação

KLAYMER ALVES DE AMORIM PAZ

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Apendices TR _Microsoft 2025 V3 novo.zip (494.92 KB)